Prefácio

Wlamyra Albuquerque

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ALBUQUERQUE, W. Prefácio. In: SAAD, L. *Fumo de negro*”: a criminalização da maconha no pós-abolição [online]. Salvador: EDUFBA, 2019, pp. 9-10. Drogas: clínica e cultura collection. ISBN: 978-65-5630-297-3.
<https://doi.org/10.7476/9786556302973.0001>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](#).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](#).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](#).

PREFÁCIO

“Fumo de negro”: a criminalização da maconha no pós-abolição é o resultado de uma pesquisa cuidadosa sobre concepções científicas, razões políticas e mecanismos sociais que colaboraram para a proibição do uso da *cannabis* no século XX. Eis um livro já indispensável no debate sobre usos, interdições e a criminalização da maconha. Luísa Saad é uma historiadora atenta aos meandros deste processo e, por isso, seguiu o curso dos argumentos e estratégias que levaram a inclusão da planta no rol das substâncias proibidas em 1932, remontando o cenário das grandes mudanças sociais e políticas que deram lugar ao fim da escravidão e a instauração da República no Brasil. É um texto que flagra e expõe o quanto a criminalização do “fumo de negro” estava relacionada ao controle sobre a população egressa do cativeiro e ao projeto de reafirmação das fronteiras socioraciais no Brasil republicano.

Hoje, o debate sobre o consumo da maconha tem sido configurado na encruzilhada entre o saber médico, as políticas públicas de saúde, segurança pública e o racismo que estrutura o Estado brasileiro. Este livro põe em relevo o principal sujeito nesta encruzilhada, a população negra. Luísa Saad deixa evidente, a partir da análise de fontes diversas, - principalmente de teses e textos produzidos na faculdade de medicina -, o quanto o consenso que foi constituído em torno dos malefícios da “diamba” foi racializado; norteadado pela ideia de que a maconha era mais uma das terríveis heranças da presença africana no Brasil. O texto é, sem dúvida, uma colaboração valiosa para a história do racismo. Com talento para rastrear as polêmicas da época, a autora vai evidenciando como a progressiva criminalização em torno do consumo da maconha criou terreno para a associação entre o uso da planta aos estigmas atribuídos à população negra no pós-abolição.

O livro também é uma boa aquisição para o campo da história da ciência. Saad exhibe com engenhosidade o ambiente científico onde se construiu o consenso pela inclusão do “fumo de negro” na roda da ilicitude. Ao percorrer as teses médicas, a autora também nos faz per-

ceber as inquietações, desafios e planos eugenistas que tiveram lugar nas salas e gabinetes da faculdade de medicina e direito, quando as teorias raciais moldavam as ideias dos cientistas. O leitor interessado nos usos políticos, não da maconha, e sim da ciência na construção desses estigmas vai se surpreender com os argumentos do médico, político e professor da faculdade de direito José Rodrigues Dória, tenaz combatente da “erva maravilhosa”, tal como ele a denominava. Para Dória, não restavam dúvidas quanto à origem africana da planta capaz de provocar na “raça preta” miragens das areias ardentes e desertos sem fim da África. Lendo-o, a partir da pesquisa de Saad, somos nós que o flagramos fantasiando, por sua própria conta e imaginação, o continente africano. Convencido dessa origem mesmo sem ter provas, este médico defendeu o seu estudo em eventos científicos, como II Congresso Científico Pan-Americano em Washington, nos Estados Unidos. Saad não o perde de vista nem mesmo quando a atenção dele se desvia dos “fumadores de maconha” para a defesa do celibato das professoras; precaução moral que lhe parecia imprescindível para a educação das crianças. Como se pode notar, eram recorrentes as conexões por ele traçadas entre moral, trabalho e raça no pós-abolição. Luísa Saad nos demonstra como é preciso atentar para os sentidos políticos das conclusões científicas.

Ao analisar as evidências apresentadas naquela época sobre a origem africana da maconha e do seu manuseio em práticas de cura no Brasil, a autora nos faz perceber que a associação do uso da maconha aos rituais afro-brasileiros do começo do século XX era parte das especulações científicas, guiadas pela concepção de inferioridade racial dos africanos e seus descendentes. Fica demonstrado na pesquisa de Luísa Saad que médicos como Dória tomavam como evidências o que lhes chegava como denúncia de uma imprensa cúmplice no projeto de reforçar a associação entre negros e contravenção penal. Revirando estes discursos médicos e jornalísticos, Saad nos apresenta uma boa análise destas especulações à luz de uma importante bibliografia antropológica e histórica sobre religiosidade no continente africano. Neste sentido, o livro também é uma boa contribuição para a história da perseguição às religiões afro-brasileiras.

Por fim, *“Fumo de negro”: a criminalização da maconha no Brasil (1890-1932)* está entre os bons títulos para se ter, consultar e se convencer do quanto a ciência tem compromissos políticos. E, ao meu ver, este livro também revela um compromisso político com o debate sobre racismo e política de combate às drogas no Brasil.